

As inter-relações do conceito educomunicação e a comunicação comunitária: um caminho para novas práticas educativas e cidadãs¹

Elaine Barreto BATISTA²
Regina Tavares de MENEZES³
Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP

Resumo

O estudo parte de um breve panorama sobre o surgimento do conceito educomunicação e transita entre os caminhos oportunizados pela comunicação comunitária. Por meio da educomunicação, abriu-se o diálogo entre a escola, o poder público e a comunidade para que os conteúdos escolares sejam revistos. Incitar tal reflexão pode facilitar e incentivar o educador a realizar novas estratégias pedagógicas para ampliar as ações de cidadania e, como consequência, propiciar aos jovens estudantes novos métodos para atuar sobre suas próprias causas. Para tal, o artigo traz um estudo de caso sobre o jornal A VOZ DO LAPENNA⁴, produzido e distribuído em São Miguel Paulista e Região/SP, a fim de identificar se o mesmo é um veículo de comunicação comunitária e como o conceito educomunicação se faz presente e, ainda, em que medida as inter-relações favorecem às práticas educativas e cidadãs.

Palavras-chave: educomunicação; comunicação comunitária; protagonismo; cidadania.

Introdução

No Brasil, a Universidade de São Paulo instituiu o primeiro curso de Licenciatura em educomunicação, na segunda década do século XXI. Desde 1990, o exercício do profissional de comunicação e educação no ensino formal é discutido, bem como os fracassos para introduzir as tecnologias no ensino médio (conforme Lei de Diretrizes e Bases, de 1996). Essa discussão foi desenvolvida por Soares que discorre sobre o tema.

Partimos da premissa de que a educomunicação, conceito que – no entendimento do Núcleo de Comunicação e Educação da USP – designa um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Relações Públicas e Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul/SP. Docente no curso de Comunicação Social. e-mail: elainebarretobatista@gmail.com

³ Bacharel em Jornalismo. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Docente e Coordenadora do curso de Jornalismo. e-mail: Regina.tavares2004@gmail.com

⁴ O jornal AVOZ DO LAPENNA, distribuído em São Miguel Paulista e Região por intermédio da Fundação Tide Setubal desde 2007. Desde sua primeira edição são produzidos 5 mil exemplares por edição.

expressão de todos os segmentos humanos, especialmente da infância e da juventude. (SOARES, 2011, p. 15).

É natural esperar que as novas gerações assumam a responsabilidade de ajudar na construção de uma sociedade mais humana, democrática e solidária quando orientadas por pais e educadores significativos, que possibilitam o acesso à comunicação e as tecnologias como ferramentas para favorecer a educação. O conceito educomunicação reconhece o direito à expressão por meio da mídia e de seu público, de forma a maximizar o potencial comunicativo diante do contexto escolar (docentes, alunos e comunidades).

Nesse contexto, a questão da relação entre o ensino, a juventude e o mundo da comunicação encontra-se no centro deste processo formativo, por natureza transformadora, bem como no centro dos sonhos deles decorrentes, entre os quais o pleno acesso das novas gerações ao mundo da comunicação e de suas tecnologias, colocado a serviço do bem comum e da prática da cidadania. (SOARES, 2011, p. 15).

Notamos que nos dias de hoje, uma ferramenta tecnológica de comunicação que pode aproximar o jovem da escola é a *Internet*, as redes sociais, já que a maioria das crianças, adolescentes e jovens das grandes metrópoles tem acesso. Segundo pesquisa realizada pela Ação Educativa, feita no Brasil em 2005, o que falta na educação formal do Ensino Médio está sendo oferecida como “práticas educomunicativas” em diversas instituições não governamentais. (SOARES, 2011). Ou seja, estamos falando do uso de meios de comunicação como jornal, rádio, web rádio, entre outros que são produzidos em conjunto com a comunidade.

Nessa mesma linha, a pesquisa ‘A formação de jovens protagonistas em projetos de jornalismo comunitário em São Paulo’, coordenada por Daniele Próspero, constatou, a partir de análise de 12 projetos que atuavam na relação entre comunicação e juventude na cidade de São Paulo, em 2005, que os principais ganhos para os jovens foram o ‘entendimento maior do fenômeno representado pela produção de comunicação, com a finalidade de construir a visão sobre a mídia’ e o reconhecimento da comunidade, com maior articulação”. (SOARES, 2011, p. 31).

Os jovens passam a compreender a comunicação como um processo que é enriquecido a partir dos saberes sobre suas demandas sociais. Logo, esses jovens, assumem o veículo de comunicação como a extensão de sua forma de expressão a favor da articulação social.

Compreendemos que o conceito educomunicação surgiu para trazer contribuições à Reforma do Ensino Médio. De forma crítica, esclarece que o sistema educacional deve dar mais atenção ao jovem, promover situações que façam sentido, para que esse grupo não abandone a escola e para que se sinta capaz de comunicar e transformar sua realidade. Por meio da educomunicação, abriu-se o diálogo entre a escola, o poder público e a sociedade para que os conteúdos escolares sejam revistos, incrementados com ferramentas de comunicação como

a *Internet*, redes sociais, entre outros veículos comunicativos do mundo atual. Mas, é preciso investigar como as escolas estão ou não incorporando esse conceito, até mesmo para ampliar sua prática.

As inter-relações entre educomunicação e a comunicação comunitária

Citamos Peruzzo ao se referir ao processo de comunicação comunitária, destacando a relação direta com a área da educação. Podemos dizer que um jornal que permite a participação da população contribui mais eficientemente para a ampliação da cidadania porque o processo de fazer jornal se torna altamente educativo. (PERUZZO, 2007).

No nível conceitual, educomunicação diz respeito às inter-relações entre Comunicação e Educação nos processos de educação formal, não-forma e informal. Na educação formal, a educomunicação se realiza quando ‘a escola de aproxima da comunicação’, quando a escola percebe que os modos de apropriação do saber mudaram e mudarão ainda mais na sociedade que desenvolve as ‘indústrias do conhecimento’ (indústria cultural). (JACQUINOT *apud* PERUZZO, 2007, p. 82).

Peruzzo ressalta ainda a visão de Soares sobre o conceito de educomunicação:

Como um conjunto de ações destinadas a integrar às práticas educativas, o estudo sistemático dos sistemas de comunicação [...]; criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos [...]; melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas [...], com o uso de recursos de comunicação (rádio, jornal, vídeo, internet) no processo de aprendizagem. (SOARES *apud* PERUZZO, 2007, p. 82).

Podemos dizer que o processo de aprendizagem se estabelece dentro e fora da escola e em todas as práticas sociais que favoreçam as experiências individuais que se para que se tornem práticas coletivas. Seja em uma rádio, TV, um jornal comunitário; atuando como repórter, fotógrafo, redator e/ou participando das discussões e decisões, as pessoas se desenvolvem como cidadãos. Isso pode ser observado na fala, na mudança de postura e comprometimento dos membros da comunidade; por isso assume-se o caráter educativo.

É educativo pelo processo porque a participação direta ajuda a desenvolver pessoas. O cidadão que passa a escrever para o jornalzinho; a falar no rádio; a fazer papel de ator num vídeo popular; a criar, produzir e transmitir um programa de rádio ou de televisão; a discutir os objetivos, a linha editorial e os princípios de gestão do meio de comunicação; a selecionar conteúdos etc., vive um processo de educação informal em relação à compreensão da mídia e do contexto onde vive. (PERUZZO, 2007, p. 36).

A partir do entendimento do conceito educomunicação, fica evidente a inter-relação entre as áreas da educação e da comunicação. Peruzzo vem estudando esse fenômeno e

descreve em uma versão resumida de seu texto “Rádio Comunitária e Desenvolvimento Social e Local” que a própria Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) vem incentivando o uso dos meios de comunicação como fator de desenvolvimento social e local. (PERUZZO, 2007). Esse fato se torna uma referência importante nesse estudo, visto que a mesma relação existente na rádio - como um meio de comunicação comunitária - pode ser estabelecida para o jornal comunitário, por exemplo.

A rádio comunitária é pouco custosa, fácil de manejar e tem a vantagem de alcançar a todos os membros da comunidade em sua própria língua. Como meio de comunicação de massa, incrementa consideravelmente o potencial de desenvolvimento implícito no intercâmbio de informação, de conhecimento e de experiência. A rádio comunitária não só informa, educa e entretém, mas dota a comunidade de mais poder ao outorgar a palavra a todos ‘sem-voz’, o que favorece a transparência nos assuntos políticos. (UNESCO *apud* PERUZZO, 2007, p. 75).

A autora aponta suas considerações sobre a relação entre a comunicação comunitária e a educação, no que tange as questões de cidadania.

A importância da comunicação comunitária enquanto meio facilitador do exercício dos direitos e deveres de cidadania é inegável em muitas localidades no Brasil e por onde ela se efetiva na perspectiva de uma comunicação pública. Talvez esta seja a razão da falta de políticas condizentes para o setor no Brasil, comprovada pela perseguição às rádios comunitárias (têm sido fechadas, em média, 200 emissoras por mês nos últimos tempos) e por uma legislação que procura mais dificultar do que favorecer a sua ação. Afinal, o desenvolvimento social não interessa a todos os setores da sociedade. (PERUZZO, 2007, p. 75 e 76).

Entendemos que a razão de ser do meio comunitário está baseada no compromisso com a melhoria das condições de existência e de conhecimento dos membros de uma ‘comunidade’, ou seja, na ampliação do exercício dos direitos e deveres de cidadania. (PERUZZO, 2009). A autora comenta que essa ampliação está relacionada ao avanço na qualidade de vida das pessoas da comunidade e ressalta que isso tudo pressupõe:

a) a igualdade de acesso aos bens econômicos e culturais; b) possibilidades de participação política – desde participação nas pequenas associações até nos órgãos dos poderes públicos; c) usufruto das benesses geradas a partir da riqueza produzida socialmente e redistribuída por meio de salários e dos serviços de educação, saúde, transporte, segurança, tecnologia de comunicação etc. (PERUZZO, 2009, p. 76).

Esses são elementos que devem permear as reivindicações e mobilizações sociais. Parafraseando DEMO (1995) a cidadania não é um presente dos governos, ela deve vir das organizações, das articulações sociais. Espera-se a ampliação dos direitos e deveres, como

exemplo, o voto, que já foi conquistado, mas muitos outros como: igualdade de acesso a bens e serviços, moradia, entre outros ainda não; são elementos da visível desigualdade social. Contudo, dizemos que a efetivação dessa ampliação pode ocorrer de várias maneiras e, sobretudo, por meio da participação da comunidade no processo de fazer rádio, jornal etc. (PERUZZO, 2007).

A configuração da comunicação comunitária pode ser compreendida sob vários aspectos e não se limita às alternativas apresentadas nesse estudo. Entretanto, convém citar alguns elementos que permitem direcionar o veículo comunitário em uma perspectiva democrática. O meio comunitário deve servir de canal para o exercício da liberdade de expressão do cidadão e das organizações coletivas comprometidas com as ações de interesse social. (PAIVA, 2007).

Segundo a autora, o veículo comunitário deve:

Conceder espaço para a difusão de programas produzidos autonomamente por cidadãos, grupos de jovens e organizações coletivas da localidade. Criar canais (diretorias colegiadas, conselhos, comissões, assembleias, entre outros) para viabilizar a participação efetiva do cidadão e de suas entidades representativas nas instâncias de planejamento e gestão da emissora. Criar sistemáticas de reuniões ampliadas de pauta (ou seja, para além da equipe gestora, contando com a participação de representantes das organizações locais) para a discussão dos assuntos a serem divulgados pelos programas jornalísticos, entre outros. (PAIVA, 2007, p. 78 a 81).

Esses aspectos devem contribuir para aumentar o nível de informação e consciência crítica dos membros da comunidade. É claro que cada veículo de comunicação comunitária terá sua própria trajetória, desenvolverá estratégias diferentes para estimular a participação dos membros da comunidade. Por isso, tais características não estão presentes em todas as rádios, ou mesmo em jornais, *blogs* e TVs comunitárias, mas, em sua essência, se farão presentes, mesmo que parcialmente.

Faz-se necessário, além de definirmos estratégias participativas coerentes com cada região, ter como princípio direcionador o desenvolvimento progressivo. É preciso estabelecer princípios e diretrizes, uma vez que a qualidade e efetividade de qualquer meio de comunicação comunitária estão diretamente atreladas a critérios claros e a sua missão de contribuir com o desenvolvimento local. Contudo, implementar qualquer que seja o meio de comunicação em conjunto com alunos, professores, organizações sociais, mesmo que sob premissas bem

delineadas, ainda sim, será uma tarefa para se executar com paciência, sabedoria e muita responsabilidade e, sobretudo, visando alcançar seus propósitos de forma gradativa.

Por fim, cabe salientar que o exercício das atividades de comunicação comunitária requer a preparação das pessoas para o uso das técnicas e tecnologias. Há, portanto, a necessidade de se adquirir competências, o que agrega a noção do direito ao acesso ao conhecimento técnico e especializado em comunicação. Infere-se que o direito à comunicação se vincula à educação formal, não-formal e informal, numa clara demonstração de como os direitos se entrelaçam. (PERUZZO, 2007, p. 90).

A preocupação com a preparação das pessoas envolvidas no processo de fazer a comunicação comunitária acontecer também é uma preocupação das entidades sérias que apoiam ou colaboram como o processo. No Brasil, teorizar e sistematizar o estudo sobre a comunicação comunitária ainda tem sido tarefa para poucos pesquisadores, mas aponta-se como um fenômeno virtuoso. A estudiosa Raquel Paiva, a partir de uma outra perspectiva fala sobre alguns benefícios dessa dimensão comunicativa.

A Comunicação Comunitária produz novas formas de linguagem. [...]. o primeiro é a capacidade de recontar as histórias em que os indivíduos estão inseridos, de maneira que eles possam se perceber com participantes na construção da história coletiva e, conseqüentemente, possam se qualificar com membros da comunidade atual, resultante desse processo histórico. O segundo movimento refere-se à mudança do próprio vocabulário pelo qual são expressas as histórias individuais, coletivas, passadas e presentes. Ou seja, mudar a forma como as pessoas são normal e rotineiramente descritas, usando palavras com sentido diferenciado e até mesmo criando novas expressões. [...]. (PAIVA, 2007, p. 137-147).

O que observamos, a partir da visão da autora e com a experiência adquirida em outros projetos é que sem dúvida alguma os dois movimentos são capazes de promover grandes mudanças linguísticas, mas não somente; pode promover impactos reais sobre a realidade das pessoas envolvidas no âmbito cultural, social, político e até econômico.

Contudo, evidenciamos que o conceito educomunicação está presente na comunicação comunitária por estar ao alcance das pessoas, no sentido de possibilidade de acesso, de contribuição para formação dos jovens e, se bem articulada, tem papel crucial no desenvolvimento do território, visto que propiciará aos cidadãos, mais conhecimento, mais autonomia e espaço para refletir sobre as mudanças necessárias em sua região.

Como exemplo prático da aplicação do conceito educomunicação e as inter-relações com a dimensão da comunicação comunitária empenhamos-nos a destacar um estudo de caso

sobre o jornal A VOZ DO LAPENNA, criado em 2007, pelos jovens participantes do Projeto São Miguel no Ar, coordenado pela Fundação Tide Setubal com o apoio da Secretaria Municipal do Trabalho. Nem todos os processos foram registrados pelos representantes do Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar (NCC), mas foi possível apresentar dois momentos importantes desse período:

Figura 1. Processo de produção da 1ª edição do jornal A VOZ DO LAPENNA



Fonte: NCC São Miguel no Ar.

Figura 2. Primeira edição o jornal A VOZ DO LAPENNA



Fonte: NCC São Miguel no Ar.

A primeira foto aponta a participação dos jovens, durante o processo de feitura do jornal comunitário, num processo de produção coletiva. A segunda, se refere ao momento em que foi distribuído; o que nos leva a crer que todo morador, independente da idade deve receber o impresso.

O Projeto São Miguel no Ar, do Núcleo de Comunicação Comunitária (NCC), conta com dez estudantes, jovens moradores da região, sob o regime de estágio por meio da parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e a Fundação Tide Setubal e duas pessoas contratadas

pela Fundação para coordenar os projetos. Os professores e estudantes que escrevem para o o jornal A VOZ DO LAPENNA fazem parte da rede municipal e estadual.⁵ Já o envolvimento da comunidade não compreende membros fixos, ou seja, depende da participação dos moradores nos fóruns que acontecem mensalmente no NCC, de forma voluntária e da iniciativa de cada morador em sugerir sua participação; há também os convites feitos pelos jovens do NCC aos moradores.

Em 2009, o jornal passou a ser produzido também por alunos e professores das escolas da região e, mais uma vez, por iniciativa dos jovens envolvidos no NCC sugeriu a ideia de contar com o fórum dos moradores para produzir as pautas para o jornal. Já em 2010 houve a necessidade de ampliação do jornal, novas páginas foram incorporadas no processo de diagramação, pois além dos dez jovens bolsistas pela parceria entre a Fundação Tide Setubal e a Secretaria Municipal da Educação, membros da comunidade, alunos e professores, passaram a garantir seu espaço no jornal. (RUIZ, 2013).⁶

Sobre o processo de produção contamos também com a visão do Coordenador do Núcleo de Comunicação Comunitária, Luis Adeve, mais conhecido como “Cometa”. Ele nos conta que o primeiro passo do jornal A VOZ DO LAPENNA é a reunião de pauta, depois, durante uma semana, se inicia a produção dos textos, com o incremento de dados estatísticos ou informativos que servem para embasar os textos. Observamos nesse momento, que sua declaração vai ao encontro do que nos foi apresentado através da entrevista cedida por Andreliisa Ruiz.

O coordenador destaca:

Depois do material reunido, tudo é encaminhado à equipe de redação, responsável pela qualidade ortográfica dos textos, bem como se as informações estão claras ao leitor. O objetivo é deixar os textos didáticos, bem escritos, mas respeitando sempre a linguagem local também. Há também, uma preocupação com o tom da informação, elas podem provocar reações positivas ou não, por isso, tudo é checado com muito cuidado. Outra equipe trabalha na próxima etapa, onde a revisão e a escolha das imagens são priorizadas. Essa etapa também requer atenção, pois todas as imagens devem refletir a mensagem, a essência da notícia, da reportagem, enfim. Essa equipe, formada por jovens que atuam no NCC, fazem a revisão dos textos, escolhem as imagens (fotos, ilustrações) que os acompanharão. (ADEVE, 2013).⁷

⁵ Escolas parceiras: E.E. Dario de Queiroz, E.E. Eng. Viriato Parigot de Souza, E.E. Revendo Vitorino de Oliveira Pinto, E.E. Shinquichi Agari, E.M.E.F. Antônio Carlos de Andrade e Silva e E.M.E.F. Dom Paulo Rolim Loureiro.

⁶ RUIZ, A. Entrevista cedida a presente pesquisadora na sede do Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar, em 12 de setembro de 2013.

⁷ ADEVE, J.L. Entrevista cedida a presente pesquisadora na sede do Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar, em 7 de outubro de 2013.

Durante a nossa entrevista esse processo de confecção do jornal foi evidenciado e até ratificado pelos jovens envolvidos. Filipe Sousa, bolsista no NCC da Fundação Tide Setubal, esta entre outros jovens presentes durante a entrevista com o Coordenador e comentou que escreveu uma matéria sobre o Plano Diretor. Fato esse que foi constatado durante a nossa análise das edições, por isso, destacamos um trecho de sua matéria:

O que pensa o Diretor? Quando falamos em Diretor o que compreendemos? Que é alguém ou algo responsável por dar uma direção, definir os rumos que uma instituição ou entidade deve tomar. E é assim que o Plano Diretor deve atuar: dar uma direção, organizar e planejar o desenvolvimento que nossa cidade precisa e demanda. O Plano Diretor Estratégico vigente há dez anos, desde 2002, propõe organizar várias esferas da vida urbana, dentre elas moradia, educação, desenvolvimento e transporte. [...]O Plano Diretor Estratégico está em revisão participativa e conta com todos nós. Confira a agenda dos encontros e participe! Acesse: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/seretarias/desenvolvimento_urbano. (SOUSA, A VOZ DO LAPENNA, n. 19, Maio e Junho, 2013, p. 4).

O trecho acima releva a participação do jovem no processo de produção do jornal, sendo emissor de conteúdo, contribuindo com a disseminação da informação num processo educativo – características presentes na dimensão da comunicação comunitária⁸ – bem como o coloca no centro do processo como cidadão, buscando compreender seus direitos e atuar em prol de melhorias locais, trazendo à tona mais um exemplo do que pode se fazer por meio do conceito educomunicação e, ainda, sobre um outro também interligado: o protagonismo ou ação protagônica⁹.

Outro fator importante que percebemos foi a participação de alguns moradores nas edições selecionadas para a análise de conteúdo - próximo item a ser abordado – que ratificam o envolvimento da comunidade. O direito aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor é inerente a comunicação comunitária. A respeito da condição ambígua de emissor e receptor da informação, podemos destacar várias situações nas edições analisadas.

⁸ Segundo Peruzzo a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle dos movimentos e organizações sem fins lucrativos. Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissão e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania (PERUZZO, 2009, p 9-10).

⁹ Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal, ator principal. Uma ação é dita protagônica quando, na sua execução, o educando é o ator principal no processo de seu desenvolvimento. Por meio desse tipo de ação, o adolescente adquire e amplia seu repertório interativo, aumentando assim sua capacidade de interferir de forma ativa e construtiva em seu contexto escolar e sócio comunitário (COSTA, 2004, p.1).

Percebemos que a disseminação de informações sobre o que acontece na comunidade pode dar novos significados a relação entre os cidadãos e o território; contribuindo para reflexões sobre suas condições, seus direitos e deveres. Sobre as características apontadas por Peruzzo (2009), consideramos que o jornal estimula a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, contribuindo para o desenvolvimento do exercício da cidadania, entre outros aspectos propiciados pela democratização da informação. Nessa perspectiva, o jornal A VOZ DO LAPENNA configura-se como um espaço público para informar, educar e estimular a ampliação do exercício da cidadania, possibilitando efetivamente as discussões sobre o desenvolvimento local.

No mapeamento de quatro edições do jornal identificamos os seguintes gêneros jornalísticos: editorial, artigo, crônica, reportagem, notícia, nota, entrevista e carta do leitor. Percebemos que não há uma padronização ou uma preocupação em seguir, com rigor, tais gêneros jornalísticos, o que já era esperado num processo de comunicação comunitária. Do total de 63 matérias, 50% corresponde ao gênero “notícia”, trazendo como temas as demandas locais e conquistas da comunidade. Com 11% o gênero “nota” destaca eventos, as parcerias realizadas entre escolas e os projetos que são desenvolvidos na comunidade. As matérias que correspondem o gênero “artigo” têm um espaço considerado, com 10%, trazendo informação de caráter educativo, visando explorar um determinado tema, por exemplos, sobre saúde, educação; sempre sob a visão de um especialista naquele assunto. O gênero “carta do leitor”, corresponde a 11% e revela a história, as impressões dos moradores sobre o bairro, sobre a cidade, reforçando a identidade e despertando o sentimento de pertencimento. As demais editoriais ocupam praticamente o mesmo espaço no jornal, em média 5% , e, somadas o total de 18%.

O conteúdo das matérias é complementado pelo uso de ilustrações - mais desenhos do que fotos - para contribuir com a compreensão das crianças e dos adultos com pouco estudo. Percebemos que o jornal incorpora uma linguagem coloquial, ora com vocabulários regionais, dependendo de quem escreve a material – um tom poético para introduzir um assunto mais complexo. Na maioria das matérias o apelo é induzir uma ação, com exemplo, o relato de dona Glória: “Participar do Fórum do Lapenna significa uma grande responsabilidade de ser humano. Todo ser humano tem que ser assim, tem que lutar, participar para melhorar seu bairro, sua cidade” (A VOZ DO LAPENNA, n. 16, Maio e Junho, 2012, p. 8).

Evidenciamos em que medida as reivindicações sociais, apresentadas no jornal, contribuíram para o desenvolvimento local nos últimos anos. Para tal, optamos por destacar as matérias de caráter reivindicatório, aquelas que apontam as conquistas da comunidade e, ainda, aquelas que estimulam os leitores a refletir sobre as demandas locais de melhoria, vividas dentro e fora do seu território.

A notícia de título “Resíduos domésticos e entulhos atrapalham coleta de lixo na feira do Jardim Lapenna”, escrita por Cauana Moraes – moradora e participante do Núcleo de Comunicação Comunitária relata: “Um fato muito discutido no Lapenna é a questão do lixo, ainda mais quando se fala em coleta de lixo na feira de domingo”. (A VOZ DO LAPENNA, n. 17, Agosto e Setembro, 2012, p. 4). Entre os relatos presentes na mesma notícia citamos o do morador Alexandre Almeida Santos que sugeriu a solução para a questão: “pelo menos na frente das casas onde fica minha banca eu sempre varro e deixo as calçadas limpas, e se todos se juntassem para recolher o lixo e ensacar, seria o correto, porém, de vinte feirantes, nem a metade faz isso”. (A VOZ DO LAPENNA, n. 16, Maio e Junho, 2012, p. 4). E, Cauana, a jovem que escreveu a notícia finaliza: “Então, vamos todos fazer a nossa parte, já que a coleta de lixo doméstico na rua Dr. Almiro dos Reis, onde fica a feira de domingo, ocorre menos de 24h depois do término da feira, nos dias de segunda, quarta e sexta-feira, na parte da manhã”. (A VOZ DO LAPENNA, n. 16, Maio e Junho, 2012, p. 4).

A matéria intitulada como: “Vem pra rua” - que destaca opiniões de alguns moradores da região, de jovens entre 17 e 19 anos sobre as reivindicações. Entre aqueles que participaram da notícia destacamos:

Assim como esses jovens, eu, Jéssica, continuo indo em protestos e apoiando os jovens do nosso país, não podemos baixar a guarda, pois o que o governo quer é que a gente abafe o assunto e se esqueça que temos o direito de ir para a rua, mostrar a cara e nosso descontentamento com a situação do nosso país. Vivemos em um país onde bilhões e bilhões são gastos e não levam a lugar algum. Ninguém faz nada a não ser observar de camarote tanto dinheiro público indo para o ralo. Por tudo isso, a gente precisa saber como é gasto o dinheiro dos nossos impostos devemos fazer valer a lei complementar 131, mais conhecida como Lei da Transparência que obriga os estados e municípios a divulgarem os gastos com o dinheiro público na internet. E aí galera, a luta continua. (A VOZ DO LAPENNA, n. 20, Agosto e Setembro, 2013, p. 6).

O trecho demonstra a preocupação de envolver a comunidade em debates amplos, complexos, que não estão ligados somente às demandas locais. Ivina Nery, 16 anos, também expressa sua opinião sobre o tema, por meio do jornal comunitário:

Como tudo no mundo o protesto tem seu lado bom e seu lado ruim! O lado bom é que conseguimos mostrar para a sociedade que os jovens têm voz e consciência de que nosso país precisa de mudanças, mas que essas mudanças partem da gente. O lado ruim é que existem pessoas que se aproveitam dessas manifestações ou protestos para destruir os patrimônios do nosso país. (A VOZ DO LAPENNA, n. 20, Agosto e Setembro, 2013, p. 7).

A jovem imprime sua opinião a respeito das reivindicações e evidencia sua contribuição como membro ativo na sociedade, atenta não só às demandas locais, mas sim, regionais, visto que esse tema foi pauta na grande mídia. Percebemos que a jovem apropria-se do jornal A VOZ DO LAPENNA para expressar o que pensa, declarando seu descontentamento; utilizando-se da mídia para ampliar sua participação como cidadã.

Entre as matérias, também de caráter reivindicatório, indicamos duas conquistas importantes para o bairro: a criação da EMEI – Escola Municipal do Ensino Infantil e as obras para um coletor tronco de esgotos na região. A primeira delas, intitulada “Crescer e estudar pertinho de casa”, destacamos um pequeno trecho que indica a participação ativa de Cosme Evaristo dos Santos, morador do Jardim Lapenna, evidenciando a efetividade do processo destaca: “Eu participei de várias reuniões e sempre acreditei que vale à pena, porque o importante é a união”. (A VOZ DO LAPENNA, n. 16, Maio e Junho, 2012, p. 5). A outra aponta o andamento das obras para a implantação do coletor tronco de esgotos, escrita por Katia Ramalho, jovem do NCC, ressaltando sua importância para a região: “[..]. A finalização das obras está prevista para julho deste ano. A expectativa é a diminuição de enchentes na localidade e um córrego mais limpo, fatos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população.” (A VOZ DO LAPENNA, n. 16, Maio e Junho, 2012, p. 5).

Os trechos acima nos permitem identificar em que medida as reivindicações, apontadas na reunião de pauta, são de fato reproduzidas no jornal e, ainda, refletem o desenvolvimento das condições de vida dos moradores da região.

Entre os gêneros encontrados como: entrevistas, notas, artigos e crônicas, os elementos centrais são comuns, ora se configuram pela preocupação em trazer informações de caráter educativo e mobilizador, ora como um resgate ao sentimento de pertencimento do cidadão ao território que ele ocupa, no sentido de conferir seu direito por condições melhores de vida. Todas as matérias analisadas vão ao encontro da missão de contribuir para o processo educativo, transformador e mobilizador num processo constante pela busca da equiparação dos

direitos, pelo enfrentamento às dificuldades sociais e pela melhoria da vida do Jardim Lapenna e seu entorno.

Considerações finais

Identificamos que as práticas presentes no processo de confecção do jornal A VOZ DO LAPENNA também são ditas como comunicação comunitária e tem o conceito educomunicação presente. Elementos como a participação dos jovens como emissores de conteúdo, a presença de moradores por meio de seus relatos, o envolvimento dos professores das escolas outrora citadas, o envolvimento de uma organização sem fins lucrativos; garantindo o direito à expressão e a comunicação, contribuíram para ampliar a cidadania e são elementos da dimensão da comunicação comunitária, bem como refletem características apropriadas também no conceito educomunicação que nos apropriamos nesse estudo.

Podemos dizer que o protagonismo é priorizado nas relações sociais que permeiam a vida dos moradores da comunidade (professores, pessoas que trabalham no NCC e os próprios moradores). Todas as pessoas podem se tornar receptores e emissores de conteúdo oriundos de suas experiências, de sua vivência no território e, sobretudo, a partir das reflexões decorrentes da grande mídia. Nesse sentido, professores, estudantes, moradores do bairro e profissionais que atuam no NCC fazem parte do processo, configurando mais uma vez como educomunicação.

Entendemos que, até o momento, o jornal se estabelece como um espaço público para incitar debates sobre assuntos de interesse dos moradores frente suas demandas locais e, ainda, como um contraponto aos veículos massivos, visto que permite aos leitores saber sobre o que está sendo discutido em termos regionais e globais, a exemplo, as reivindicações de 2013 – assunto abordado na mídia e no jornal comunitário. A VOZ DO LAPENNA desempenhou também um elo importante entre os membros da região quando abriu-se um espaço para apresentar a trajetória de vida das pessoas, favorecendo os vínculos com a comunidade e contribuindo assim, para o aumento da autoestima dos moradores do bairro, ora pela caráter aproximativo, ora pelo caráter mobilizador. Além disso, contribui para a conscientização em relação às problemáticas locais, sejam elas relacionadas à infraestrutura e/ou questões ligadas ao poder público.

Acreditamos que quanto mais pessoas estiverem envolvidas na feitura do jornal mais chance terá a democracia, mais pessoas terão direito à informação, a educação, a ampliação do exercício de cidadania e, como consequência, mais qualidade de vida. Entendemos que o jornal

A VOZ DO LAPENNA favorece o protagonismo na medida em que concede ao cidadão o acesso à comunicação, a expressão, a construção de um espaço para discutir questões sociais, buscando contribuir para a equiparação dos direitos e para a diminuição das desigualdades sociais.

Entendemos que os moradores, sejam jovens ou adultos, incluindo professores e funcionários da Fundação Tide Setubal se reúnem para refletir sobre as necessidades locais, levando tais discussões de dentro da escola e de fora para dentro. Nesse contexto, diferentes agentes locais do território utilizam-se da comunicação comunitária para produzir, periodicamente, elementos para estimular debates, reflexões e difusão de informações qualificadas, com linguagem simples e elementos visuais que facilitam a compreensão dos temas apresentados; incorporando o conceito educomunicação. Cabe ressaltarmos que a receita para o resultado positivo desse processo está na construção coletiva; promovendo o fortalecimento dos laços de afetividade, compreensão política alinhada à compreensão das necessidades e desejos das pessoas que vivem na região.

Essa discussão pode ser ampliada, uma vez que aborda um veículo comunitário dentro de uma região, cuja coordenação está vinculada a uma entidade (Fundação Tide Setubal). E, se o contexto for diferente, conseqüentemente estaremos discutindo sobre outras questões. Outro ponto que nos permite avaliar a necessidade de ampliar essa temática é que o universo de pesquisa é amplo e complexo e outros aspectos podem ser analisados. Pretendemos, a partir da apresentação desse trabalho, abrir novas discussões sobre as temáticas aqui postas a fim de vislumbrar estudos futuros, uma vez que esse tipo de evento nos coloca em contato com os pesquisadores, novos conceitos, novos projetos. Em suma, indicam novos caminhos para compreendermos e contribuirmos com as inter-relações do conceito educomunicação e a dimensão da comunicação comunitária, como meios para favorecer novas práticas educativas e cidadãs.

Referências

COSTA, A.C.G. **A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação sócio educativa**. 2ª ed. São Paulo: Global Instituto Ayrton Sena, 2004.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

PAIVA, R. (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PERUZZO, C. M. K. **Rádio comunitária, educação e desenvolvimento** in PAIVA, R. O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Relações Públicas nos movimentos sociais e nas “comunidades”: princípios, estratégias e atividades.** In KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOARES, I. OLIVIERA DE. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio.** São Paulo: Paulinas, 2011.

Jornal Comunitário A VOZ DO LAPENNA

A VOZ DO LAPENNA, n. 16, Maio e Junho, 2012.

A VOZ DO LAPENNA, n. 17, Agosto e Setembro, 2012.

A VOZ DO LAPENNA, n. 19, Maio e Junho, 2013.

A VOZ DO LAPENNA, n. 20, Agosto e Setembro, 2013.

Entrevistas

ADEVE, J.L. Entrevista cedida à presente pesquisadora na sede do Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar, em 7 de outubro de 2013.

RUIZ, A. Entrevista cedida à presente pesquisadora na sede do Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar, em 12 de setembro de 2013.